

**HABEAS CORPUS Nº 527.120 - RS (2019/0240653-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
YARA NASARIO - RS014162  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : NAIRA JANAINA SILVEIRA DOS SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de NAIRA JANAINA SILVEIRA DOS SANTOS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Agravo em Execução n. 70081265720.

Depreende-se dos autos que a paciente foi condenada, em processos distintos, à pena de 15 anos, 5 meses e 15 dias de reclusão pela prática dos delitos de roubo e tráfico de drogas, tendo iniciado o cumprimento da pena em 08.06.2012, com o término previsto para 02.03.2027. (e-STJ fl. 144)

Durante a execução, na data de 06.10.2018, quando em gozo de regime semiaberto, a paciente se envolveu em luta corporal com outra apenada, que registrou ocorrência por **lesões corporais** em seu desfavor.

Após a instauração do PAD, seguiu-se a audiência de justificação, oportunidade em que foi reconhecida a prática de falta grave e aplicados os consectários legais consistentes em regressão de regime, alteração da data-base e perda de 1/6 dos dias remidos, nos termos do art. 52 da Lei de Execuções Penais (e-STJ fl. 144).

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução perante a Corte estadual, o qual foi parcialmente provido, apenas, para limitar a alteração da data-base à futura progressão de regime, a partir da data da falta – 06.10.2018 (e-STJ fl. 147-148).

Nesta via, sustenta a impetrante, em síntese, a ausência de fundamentação suficiente a justificar a regressão ao regime fechado antes da condenação definitiva da paciente pela prática de novo delito (lesão corporal).

Alega, em acréscimo, a ausência de previsão para alteração da data-base quando não há condenação por prática de crime no curso da execução da pena.

Requer a concessão da ordem para que seja cassado o acórdão estadual com a decretação da impossibilidade do reconhecimento da falta grave antes da condenação definitiva, bem como a suspensão do efeitos dela decorrentes.

Liminar indeferida, às e-STJ fls. 136-137.

Informações prestadas, às e-STJ fls. 140-186.

O Ministério Público Federal instado a se manifestar (e-STJ fl. 188), quedou-se inerte.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação de via eleita para a insurgência da impetrante contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso

específico para tal fim, nos termos do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

O alegado constrangimento ilegal, entretanto, será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Busca a impetrante o reconhecimento da necessidade do trânsito em julgado da condenação por novo delito, para caracterização da falta grave cometida pela paciente.

Consta dos autos que no curso da execução, a apenada cometeu novo delito – lesão corporal, tendo a Corte de origem entendido pela desnecessidade do trânsito em julgado da condenação para reconhecimento da falta grave (e-STJ fls. 121-122):

[...]

*inviável o afastamento da falta grave, eis que, como se observa, novamente incorreu a apenada na prática de crime, contrariando frontalmente as regras e os princípios básicos inerentes ao processo de ressocialização em curso. Ademais, lembro que é desnecessário o trânsito em julgado dessa condenação por novo delito para que seja reconhecida a falta, consoante entendimento sumulado pelo e. Superior Tribunal de Justiça:*

***Súmula 526: “O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.”***

*Ora, a simples notícia de que a ré teria se envolvido em crime doloso (lesões corporais), no curso da execução de sua pena, já é causa suficiente para que seja apurada, em sede de execução penal, podendo ser reconhecida a prática de falta grave prevista no artigo 52 da LEP.*

*Salienta-se, também, que não há falar em ofensa aos princípios do devido processo legal ou da presunção da inocência. A apenada, acusada da prática de novo delito doloso, terá a oportunidade de exercer, em sua plenitude, o direito de defesa nos autos do processo em que será acusada pela prática da nova infração.*

[...]

Nesse contexto, verifica-se que o entendimento do Tribunal de origem alinha-se à orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, firmada no sentido da prescindibilidade do trânsito em julgado da sentença condenatória para o reconhecimento da prática de falta disciplinar de natureza grave, em razão da prática de crime doloso no curso da execução e, em consequência, a regressão do regime de cumprimento de pena e a perda

de 1/6 dos dias remidos. A propósito, confira-se o teor da Súmula n. 526/STJ:

*O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.*

Seguindo essa linha de entendimento:

*PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. FALTA GRAVE. NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. PRESCINDIBILIDADE. SÚMULA 526/STJ. REGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. MEDIDA PROPORCIONAL ANTE A GRAVIDADE DA FALTA. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE, SALVO PARA FINS DE LIVRAMENTO CONDICIONAL E INDULTO OU COMUTAÇÃO DE PENA. POSSIBILIDADE. PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. NATUREZA DA CONDUTA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja recomendável a concessão da ordem de ofício.*

*II - De acordo com art. 52 da Lei de Execução Penal, constitui falta grave a prática de fato definido como crime doloso no curso da execução. Segundo dispõe o enunciado da Súmula n. 526 desta Corte Superior, "O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."*

*III - Nos termos do art. 118, I, da Lei de Execução Penal, a prática de falta grave autoriza a regressão de regime prisional.*

*IV - A prática de falta grave importa na alteração da data-base do prazo para a concessão de benefícios executórios, salvo para fins de livramento condicional (Súmula 441/STJ), comutação de pena ou indulto (Súmula 535/STJ). Precedentes.*

*V - O cometimento de falta grave no curso da execução penal autoriza a determinação de perda de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP). In casu, a incidência da fração máxima encontra-se devidamente motivada em elementos concretos, notadamente na espécie de falta grave praticada (novo delito*

*durante gozo de saída temporária), mostrando-se idônea a fundamentação apresentada.*

*Habeas corpus não conhecido.*

*(HC 419.423/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 01/02/2018)*

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. DESCLASSIFICAÇÃO DAS CONDUTAS. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. DESOBEDIÊNCIA DE ORDEM DE AGENTE PENITENCIÁRIO. DEIXAR DE RECARREGAR TORNOZELEIRA ELETRÔNICA. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. PRÁTICA DE CRIME DOLOSO. FALTA GRAVE. PRESCINDIBILIDADE DE CONDENAÇÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. SÚMULA N. 526 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. REGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. PERDA DE 1/6 DOS DIAS REMIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.**

**WRIT NÃO CONHECIDO.**

*1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.*

*2. É incabível a discussão acerca da desclassificação da infração disciplinar grave, porquanto tal tarefa demandaria o reexame de todo o acervo fático-probatório, o que é inadmissível na via estreita do habeas corpus. Ademais, vale registrar que se consolidou neste Tribunal Superior de Justiça "entendimento no sentido de que a desobediência aos agentes penitenciários constitui-se em falta grave, a teor do art. 50, VI, c/c o art. 39, II e V, ambos da Lei de Execuções Penais" (HC n. 377.551/SP, QUINTA TURMA, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 28/3/2017).*

*3. Nos termos do enunciado da Súmula n. 526, "o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.*

*4. O cometimento de falta grave pelo apenado (a) importa na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena; (b) autoriza a regressão de regime e (c) a revogação de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP).*

*5. A perda de 1/6 dos dias remidos encontra-se devidamente fundamentada na natureza e nas circunstâncias da infração*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*cometida pelo ora paciente, em consonância com o art. 127 c/c o art. 57 da Lei de Execução Penal - LEP.*

*Habeas corpus não conhecido.*

*(HC 414.299/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 20/06/2018)*

Portanto, não se verifica constrangimento legal a ser sanado.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, XX, do RISTJ, **não se conhece** da impetração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator